



ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
REPRESENTAÇÃO BRASÍLIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN
MD. RELATOR DO RE 593.849

ESTADO DO PIAUÍ, já qualificado nos Autos do processo em referência em que contende com PARATI PETRÓLEO S/A, não se conformando com o acórdão, de fls., que negou provimento ao Agravo no Recurso Extraordinário, interposto pelo Estado, vem, respeitosamente, por seu procurador, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 1.022, do CPC/2015, apresentar

MANIFESTAÇÃO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

ao referido recurso, nos autos do processo em epígrafe, requerendo seu recebimento e acolhimento, pelos fundamentos adiante aduzidos.

E deferimento.
Brasília-DF, 02 de Maio de 2017.

João Emílio Falcão Costa Neto
Procurador do Estado do Piauí



ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
REPRESENTAÇÃO BRASÍLIA

EMÉRITOS JULGADORES,

Trata-se de mandado de segurança preventivo impetrado por sociedade anônima, que tem como atividades sociais a exploração do negócio de transportador, revendedor, retalhista de querosene, óleo diesel, óleo combustível, graxas e lubrificantes, logo sujeita ao regime de substituição tributária progressiva, nos termos da legislação tributária mineira.

Requer-se, na petição inicial, o direito de lançar em sua escrita fiscal como créditos pretéritos e vindouros o valor do ICMS recolhido a maior, com a respectiva atualização monetária, ressalvando-se que a Administração Tributária remanesce com a prerrogativa de examinar, quando de sua fiscalização, a correção do procedimento e o acerto da compensação.

O entendimento da Suprema Corte é de que é devida a restituição da diferença do ICMS pago a mais, no regime de substituição tributária para frente, quando a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida, como ocorre no presente caso.

Nota-se que a legislação tributária do Piauí assegura o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar, sendo devida a restituição da diferença do ICMS pago a mais, no regime de substituição tributária para frente, quando a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

Assim, o Estado do Piauí não possui interesse jurídico quanto à impugnação dos pleitos feitos em sede dos Embargos de Declaração interpostos, sobre os quais ora se manifesta.



ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
REPRESENTAÇÃO BRASÍLIA

Deve ser negado provimento ao recurso.

E deferimento.

Brasília-DF, 02 de Maio de 2017.

João Emílio Falcão Costa Neto
Procurador do Estado do Piauí